

**CRIATIVIDADE E DEPENDÊNCIA
NA CIVILIZAÇÃO INDUSTRIAL**
CELSO FURTADO

Paz e Terra, 1978, Rio de Janeiro

Luiz C. Bresser Pereira

Desde os seus primeiros livros Celso Furtado revelou-se um notável economista. Com *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* ele supera sua condição de economista político para se tornar também um pensador universal, preocupado não apenas com o desenvolvimento econômico, ou o pleno emprego, ou a repartição da renda, mas também com o próprio destino do homem e com a realização da sua liberdade.

Os intelectuais dos países periféricos estão destinados a pensar apenas a sua própria realidade, sempre tendo como referência a experiência dos países centrais. Neste livro Celso Furtado ultrapassa o nível da economia brasileira, ou da economia do subdesenvolvimento, para pensar a economia mundial. Mas não se limita à economia política, porque coloca em discussão os seus próprios pressupostos ao discutir a racionalidade instrumental da revolução burguesa que deu origem à economia política.

Tenho observado nos últimos tempos que o Brasil já não é mais exatamente um país periférico. Que sob muitos aspectos já fazemos parte do centro. Há trinta anos os intelectuais brasileiros, ao mesmo tempo que criticavam o caráter transplantado, mimético, da cultura brasileira, a partir principalmente de dois núcleos — o ISEB e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo —, iniciavam a análise crítica da nossa realidade. Já eramos capazes de ver o Brasil com nossos próprios olhos.

Nos últimos dez anos começamos a ver o mundo criticamente. Como membros não apenas da periferia, mas também do centro. Este livro de Celso Furtado é um exemplo magnífico desta nova etapa da cultura brasileira.

É fascinante e contraditório ver o extraordinário economista do desenvolvimento e do subdesenvolvimento usar Nietzsche e Marcuse para criticar a civilização industrial. Para Furtado esta civilização é a resultante de dois processos de criatividade cultural: a revolução burguesa, que impôs a racionalização instrumental à produção, e a revolução científica, que atribuiu à natureza uma estrutura racional. Esta civilização industrial, subordinada à lógica da acumulação, põe em risco a liberdade humana, aliena o homem. Por isso Furtado propõe uma revolução cognitiva, que restaure o primado da sabedoria sobre o conhecimento instrumental.

Mas esta crítica radical não o impede de realizar uma grande síntese do processo de desenvolvimento, de examinar as formas históricas de superação do atraso, e de analisar quais os recursos fundamentais (tecnologia, finanças, mercados, acesso a recursos não renováveis e acesso à mão-de-obra barata) que os países subdesenvolvidos podem ou devem

controlar para superar a situação de dependência. Nessa análise fica claro que cabe às tecnoburocracias estatais um papel fundamental no sentido de acelerar a acumulação, de planificar a economia, de dar unidade política à sociedade, de reformar estruturas, de constituírem-se em interlocutores das empresas transnacionais.

Os limites da ação do estado e da tecnoburocracia, entretanto, estão claros para Furtado, assim como os seus riscos. O objetivo não é apenas o desenvolvimento, que afinal funciona como uma ideologia legitimadora da relação centro-periferia, mas a própria liberdade humana. E para isto não há receita, mas uma luta diária e uma análise dialética permanente, para a qual *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* constitui-se em uma contribuição marcante.

**A TRÍPLICE ALIANÇA, AS MULTINACIONAIS,
AS ESTATAIS E O CAPITAL NACIONAL NO
DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE BRASILEIRO**
PETER EVANS

Zahar Editores, 1980, Rio de Janeiro

José Antônio Martins

Uma enorme quantidade de trabalhos teóricos tem procurado desvendar, nos últimos anos, um movimento bem preciso: o *aprofundamento* da ação imperialista no mercado mundial a partir dos anos cinquenta. E o *caráter e possibilidades da industrialização* nos “países periféricos”, com o aumento da ação dos estados e das empresas transnacionais, é *um dos aspectos* privilegiados nestas análises da expansão e desenvolvimento imperialista do modo de produção capitalista. Esta tarefa fica bem mais difícil quando os países considerados tratam-se de Brasil, México, etc., em que esta característica industrialização realiza-se com todas suas forças e possibilidades, até os nossos dias.

Mas a dificuldade da tarefa, assim como sua não originalidade, não devem diminuir o interesse e a atualidade de novos trabalhos sobre o assunto. Dentre estes últimos, destaca-se o “Tríplice Aliança” de Evans, que se propõe a mais uma análise das *inter-relações do capital estrangeiro, capital nacional e estado no desenvolvimento industrial brasileiro*.

O vasto estudo empírico do autor sobre o desenvolvimento de algumas indústrias no Brasil (principalmente da indústria farmacêutica, assim como da petroquímica, da C.V.R.D., dentre outras) permite-lhe deduzir interessantes conclusões acerca do objetivo específico do livro, ou seja, “delinear as disposições institucionais que sublinham o desenvolvimento dependente, especialmente a estrutura interna da classe dominante” (p. 57).

Neste sentido, a forma assumida pela industrialização no Brasil e alguns outros países da periferia é situada no movimento de passagem da dependência clássica ao desenvolvimento dependente, ou melhor, na combinação das duas fases, provocando uma reestruturação da propriedade e poder econômico-político burguês de conseqüências ainda não esgotadas no atual processo. Tudo isto coincide, no Brasil, com uma deliberada associação

entre o capital industrial nacional e o capital estrangeiro, a partir de um certo momento do desenvolvimento industrial brasileiro. Este último exprime justamente as necessidades da acumulação capitalista *endógena*, cujas particularidades determinarão não apenas a nova divisão da propriedade entre as classes dominantes na nação, mas principalmente os interesses “nacionalistas”, centrados cada vez mais na maximização dos lucros, desde que resultados da expansão e acumulação do capital *dentro da nação*.

O núcleo produtivo destas modificações é a *Tríplice Aliança* entre as empresas multinacionais, estatais e nacionais, a qual “domina o cenário político e econômico da nação” (p. 267). A dominação deste núcleo produtivo, em caracterizando o desenvolvimento dependente, não apenas dará o ritmo aos demais movimentos econômicos da acumulação nacional, como também modificará as próprias expressões ideológicas das diversas frações burguesas locais. Ao mesmo tempo, a impulsão das empresas estatais (em primeiro lugar) e das multinacionais, no processo de acumulação, é o elemento catalisador destas modificações, ressaltando-se o papel dos administradores estatais.

Assim, *as posições e exigências nacionalistas da dependência clássica são completadas por outras correspondentes ao desenvolvimento dependente*. A consequência é que questões como desnacionalização da economia; geração de conhecimentos e inovações tecnológicas; controle e planejamento da expansão futura, etc., passam a ter uma colorização própria às determinações da *Tríplice Aliança*.

Neste quadro, a “luta pelo controle” e as tensões nacionalistas, neste “país semiperiférico”, surgem muito mais das “capacidades integradoras” do desenvolvimento dependente, em que a burguesia local possa participar dos altos lucros da acumulação, do que de uma luta aberta pela propriedade do capital. Aos acordos, barganhas, negociações e outros expedientes das classes dominantes parecem se conformar mesmo as frações burguesas locais excluídas do “núcleo transnacional”.

Mas se a capacidade de expansão da *Tríplice Aliança* é a condição para a continuidade das altas taxas de acumulação e crescimento econômico, da geração de altos lucros e da *ausência de conflitos*; em resumo, é a condição para a “governabilidade” do “núcleo transnacional”, outras serão as tensões quando esta expansão mostrar seus limites e sinais de enfraquecimento; quando a expansão futura e os altos lucros passarem a ser duvidosos.

Assim, mais importante do que a descrição das condições de expansão e consenso, são as perspectivas concretas de “ingovernabilidade” da *Tríplice Aliança*, apontadas pelo autor, que relançam a “luta pelo controle”, os conflitos e a individualização política de cada uma das frações dominantes envolvidas e favorecidas pelo desenvolvimento dependente.

O importante do estudo de Evans é que os leitores não ficam limitados a aceitar ou rejeitar, simplesmente, as conclusões do autor, que neste caso são abundantes e claras. Ao contrário — e aqui manifesta-se a qualidade de um bom trabalho — o seu esforço de esclarecer novas relações econômicas e ideológicas no interior das classes dominantes do Brasil, engendradas pelas necessidades da acumulação do capital e pelo aprofundamento da ação imperialista, certamente oferece ao leitor novos elementos para suas próprias conclusões a respeito do assunto.